



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

3244

Presidente da Mesa Diretora: Ivan José Lopes

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Impostos, multas e taxas

Autoria: Executivo Municipal

Data: 24/10/1991

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 101/91. Concede isenção e remissão de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU à Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais. (Referente à Lei nº 1.996, de 12/12/1991).

Controle Interno – Caixa: 13

Posição: 15

Número de folhas: 10

Espécie: PL
Categoria: Impostos e Taxas
nº: 13
Ordem: 15
nº fls: 08



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº

101/91

Autor: Prefeito Municipal

Assunto:

Concede isenção e remissão de Imposto Predial e
Territorial Urbano à Companhia de Distritos In-
dustriais de M. Gerais.

Caixa

MOVIMENTO

- 1 Recebido em 24.10.91
- 2 À Com. de Leg. e Justiça em 24.10.91
- 3 *Apresentado em regime*
- 4 *de urgência - 10.12.91*
- 5 *à Câmara - 10.12.91*
- 6 *Arquivar-se -*
- 7
- 8
- 9
- 10



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Secretaria Municipal de Fazenda
GUIA DE ARRECADAÇÃO

Vencimento

10.11.91.

CPF ou Carimbo Padronizado

Nome ou Razão Social

Comp. Distrito Ind. M. Gerais

Endereço

Av. João XXIII

Insc. Municipal

N.º Processo

Base de Cálculo

Período do Débito

1.991

Alíquota %

Atividade

Data Inscrição Dívida Ativa

Referência do Débito

IPTU/1.991

Bairro

Zona

QUADRA

Lote

Sub Lote

Santos Reis

36 006 400 000

Histórico

IPTU/1.991

Exercício

Código

Valor

1 T

1.991

11120200

1.202.088,00

TOTAL

1.202.088,00

Autenticação Mecânica:

Ass. Funcionário Responsável:

Data da Emissão:

30.10.91.

Pague através da Rede
Bancária até o vencimento
Esta quitação não cancela
débito anterior



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Secretaria Municipal de Fazenda
GUIA DE ARRECADAÇÃO

Vencimento

10.11.91.

CPF ou Carimbo Padronizado

Nome ou Razão Social

Comp. Distrito Ind. M. Gerais

Endereço

Av. João XXIII

Insc. Municipal

N.º Processo

Base de Cálculo

Período do Débito

1.991

Alíquota %

Atividade

Data Inscrição Dívida Ativa

Referência do Débito

IPTU/1.991

Bairro

Zona

QUADRA

Lote

Sub Lote

Santos Reis

36

006

400

000

Histórico

IPTU/1.991

Exercício

Código

Valor

1 T

1.991

11120200

1.202.088,00

TOTAL

1.202.088,00

Autenticação Mecânica:

Ass. Funcionário Responsável:

Larissa

Data da Emissão:

30.10.91.

Pague através da Rede
Bancária até o vencimento
Esta quitação não cancela
débito anterior

1.ª Via - Contribuinte - 3.ª Via - Divisão da Receita
2.ª Via - Caixa 4.ª Via - Banco



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Secretaria Municipal de Fazenda
GUIA DE ARRECAÇÃO

Vencimento

10.11.91

CPF ou Carimbo Padronizado

Nome ou Razão Social

Comp. Distrito Ind. M. Gerais

Endereço

Av. João XXIII

Insc. Municipal

N.º Processo

Base de Cálculo

Período do Débito

1.991

Alíquota %

Atividade

Data Inscrição Dívida Ativa

Referência do Débito

IPU/1.991

Bairro

Zona

QUADRA

Lote

Sub Lote

Santos Reis

36 006 400 000

Exercício

Código

Valor

1 T

1.991

11120200

1.202.088,00

Histórico

IPU/1.991

TOTAL 1.202.088,00

Autenticação Mecânica:

Ass. Funcionário Responsável:

Data da Emissão:

30.10.91

Pague através da Rede
Bancária até o vencimento
Esta quitação não cancela
débito anterior



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.400 - Montes Claros - MG.



PROJETO DE LEI Nº , DE 14 DE OUTUBRO DE 1.991.

Concede isenção e remissão de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU à Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais.

O Povo de Montes Claros-MG., por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais - CDI/MG a título de incentivo fiscal, isenção de tributos, incidente sobre os imóveis de sua propriedade.

PARÁGRAFO ÚNICO - A isenção concedida atingirá, apenas, os imóveis situados no Distrito Industrial Dr. Ubaldino Assis de Oliveira, a partir de 1º de Janeiro de 1.992, e enquanto permanecerem no domínio da CDI/MG.

ART. 2º - Fica igualmente, concedida à Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais remissão dos débitos tributários, oriundos do Imposto Territorial Urbano - IPTU -, anteriores a data da publicação desta Lei.

ART. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução desta Lei pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir, tão inteiramente, como nela se contém e declara.

Prefeitura de Montes Claros, 14 de outubro de 1.991

MÁRIO RIBEIRO DA SILVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE Legislação
EM 10 DE dezembro DE 1991

PRESIDENTE

É legal e constitucional

Edvardo Neliw

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM _____ DISCUSSÃO POR _____
EM 10 DE dezembro DE 1991

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
À SANÇÃO
EM 10 DE dezembro DE 1991

PRESIDENTE

MÁRIO RIBEIRO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - M.G.

Em, 14 de outubro de 1991

Of. Nº CJ/131/91

Assunto Encaminha Projeto de Lei

Serviço Consultoria Jurídica

Senhor Presidente,

A política Municipal hoje é uma realidade e isto se deve em grande parte a industrialização que Montes Claros vem ostentando desde que aqui, por intermediação da Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais - CDI/MG se vem executando um intenso e célere processo de implantação do pólo industrial, com apresentação dos mais diversos tipos de atividades, sendo na qualidade, um respeitável e importante empreendimento.

Cumpre-nos, neste ensejo, levar à análise dessa egrégia Casa, Projeto de Lei que em seu contexto, sobreleva os objetivos e as diretrizes da referida Companhia.

O projeto de Lei a que nos referimos, isenta a CDI/MG, a partir de 1.992, do pagamento de tributos e lhe concede remissão de débitos do IPTU relativo a este e a outros exercícios.

O CDI/MG, cuidando da execução do programa de Industrialização do nosso Estado, vem com grande desenvoltura e trabalhos incomparáveis, sedimentando no Município de Montes Claros, desde 1.965, a implantação de inúmeros complexos industriais. E por cumprir estas atribuições, vem a CDI/MG, há algum tempo, pleiteando a esta municipalidade, a isenção de tributos. A edição da lei isencional, não irá favorecer exclusivamente à companhia, somente e fundamentalmente, mas facultará a essa desempenhar melhor as suas atribuições, alargando, portanto, sua contribuição no desenvolvimento econômico-social do município.

É fundamental destacar que outros municípios que possuem distrito industrial isentaram o CDI/MG do paga-



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - M.G.

Cont.

Em, de

de 19

Of. Nº

Assunto

Serviço

mento de tributos, das quais lembramos: Alfenas, Araxá, Governador Valadares, Ituiutaba, Juiz de Fora, dentre outras.

Desta forma, analisada e constatada a necessidade de se atender ao pedido formulado pela referida Companhia esperamos que V. Ex^a., e ilustres pares, aprovem o Projeto em pauta, considerando que sua aprovação será uma forma de o povo, por seus insígnies representantes, contribuir de forma abrangente para o desenvolvimento da nossa economia, que, frisamos, também é formada de pequenos e micros empresários.

Cordialmente,

MÁRIO RIBEIRO DA SILVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL



Exm^o. Sr.

Dr. Ivan José Lopes

MD. Presidente da Câmara Legislativa Municipal

N E S T A



Prefeitura Municipal de Montes Claros — MG

Montes Claros

Em, 31 de Outubro

de 1991

Of. N.º 079/91

Assunto Resposta à ofício nº 644/91

Serviço Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SEDEC

Senhor Presidente:

Incubiu-nos o chefe do executivo a prestar a este legislativo as informações solicitadas por ofício nº 644/91, de 24 de Outubro de 1991. Preliminarmente, entretanto, mister-se faz elencar, também, outras informações além das já prestadas por ocasião do encaminhamento do projeto de lei de isenção e remissão de tributos da Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais - CDI(MG):

- Em 11/04/79 foi firmado convênio entre CDI(MG) e a municipalidade objetivando expansão e operação do Distrito Industrial do município, sendo que na sua cláusula 3ª, alínea C, acordou-se que a CDI(MG) ficaria isenta do pagamento do IPTU no que se refere aos imóveis de sua propriedade;
- a constituição federal de 05/10/88, nas suas disposições transitórias, artigo 41, determinou que o poder executivo reavaliará os incentivos fiscais em vigor propondo ao legislativo as medidas cabíveis e ainda no § 1º do mesmo dispositivo estipulou-se a revogação, após dois anos, se a concessão não fosse convalidada;
- seguindo a determinação legal, o projeto em alusão especificamente dará continuidade a um incentivo fiscal que o CDI(MG) já ostentava em razão dos relevantes serviços prestados ao nosso desenvolvimento econômico;
- ressalte-se que, quanto a remissão outorgada, esta se restringirá apenas ao exercício de 1991, visto que o convênio citado teve sua vigência, diante da constituição federal, até 05/10/1990 - o que implica num montante de CR\$1.202.088,00 de débito da referida companhia quanto ao IPTU, conforme guia da Secretaria da Fazenda anexo.



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.400 - Montes Claros - MG.



Consciente do papel que lhe cabe no contexto da economia municipal a CDI(MG), levando em conta a magnitude dos problemas da pequena e média indústria está efetuando cessão de 620 mil M2 de área no distrito industrial de sua propriedade objetivando a implantação definitiva da 4ª etapa do distrito, além de que tem trabalhado junto com as grandes empresas do município na implementação de projeto de construção de casas populares na área distrital que, de imediato, beneficiará os operários que trabalham nas mesmas e isso com a cessão de áreas para construção.

Evidenciada a praticidade da aprovação do projeto, que demonstra que a sociedade como um todo tem sido beneficiante com os serviços da referida companhia, subscrevemo-nos enaltecendo uma vez mais os relevantes serviços prestados pelos edis dessa casa legislativa.

Atenciosamente,

FERNANDO MACEDO
Secretário de Desenvolvimento
Econômico - S E D E C

Excelentíssimo Senhor,
Dr. Ivan José Lopes
dd. Presidente da Câmara Legislativa Municipal
Nesta.